

Guia de Recomendações para o Setor Público

Durante o trabalho de desenvolvimento – pesquisa e experimentação – das metodologias de educação financeira focada nas mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e nos aposentados de baixa renda alguns elementos que não faziam parte do escopo do programa de educação financeira, mas que são importantes de serem notados e abordados foram identificados.

Esse documento visa elencar os aspectos que mais chamaram à atenção da consultoria técnica, pois se tratam de questões que se colocam tanto como oportunidades quanto desafios para avanços do programa de educação financeira com foco nessas duas populações, e, das próprias políticas de benefício condicionado e de seguridade social.

Apontamentos em relação ao Programa Bolsa Família:

Nas diversas localidades do Brasil ficou evidente a falta de compreensão das mulheres beneficiárias do Bolsa Família em relação à forma de cálculo do benefício e às regras de funcionamento do programa. Isso ficava evidente na discussão nas oficinas dos motivos do benefício de uma ser maior/menor que o benefício de outra.

Essa questão da baixa compreensão sobre as regras e funcionamento do programa, também aparecia fortemente nos momentos em que os “mitos” sobre o Bolsa Família apareciam nas falas, e, muitas vezes até geravam resistências na participação das oficinas, pois, segundo alguns desses “mitos”, ter dinheiro na poupança ou mostrar que você tem cartão de crédito poderiam ser fatores de exclusão do programa.

Adiciona-se a isso o fato de que muitos dos agentes que trabalham na assistência às famílias do Bolsa Família também possuem baixa escolaridade e, em muitos casos, uma situação de vulnerabilidade parecida com a das famílias beneficiadas. Isso gera, em muitos casos, uma má vontade em esclarecer as dúvidas ou, até mesmo, preconceitos e julgamentos dos agentes públicos para com as mulheres beneficiárias do Bolsa Família. É nítida a diferença de tratamento atribuída às mulheres e aos aposentados, muitas vezes, pelo mesmo agente no mesmo CRAS.

A falta de compreensão às vezes também é usada como forma de impor algumas atividades às famílias sob a ameaça que perderão o benefício caso não participem da oficina ou atividade tal. Presenciamos algumas dessas situações.

Recomendação 1:

É fundamental que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome desenvolva estratégias de comunicação voltadas para a maior compreensão das

famílias beneficiadas pelo Programa em relação as suas regras e formas de funcionamento. Isso é central para que as famílias sejam bem informadas, e se empoderem em relação a sua condição, não permitindo ser colocada em uma posição de refém de uma situação.

Apontamentos em relação à Política da Previdência Social:

A grande questão que se percebeu em relação aos aposentados de baixa renda é que é muito difícil que eles consigam cobrir todas as suas necessidades com a renda que recebem. Além de, em muitos casos, serem provedores ou ajudarem na composição da renda dos filhos e/ou netos, os gastos nessa fase da vida com saúde são crescentes. Adiciona-se a isso o fato de que a maioria chegou na velhice sem uma reserva, o que os coloca sob pressão constante mediante a uma emergência ou imprevisto.

Também se observou que muitos se aposentaram e continuaram a trabalhar, contando com duas rendas, e, a partir do momento em que isso não é mais possível por questões físicas, há uma forte queda de renda, e, conseqüente, desarranjo da vida financeira.

Ficou claro para a equipe de consultores que a falta de planejamento durante a vida e para a aposentadoria é o grande fator gerador dos altos níveis de endividamento nessa fase, uma vez que, em geral, a pessoa não consegue com a renda da aposentadoria arcar com todos os gastos. Com exceção, em geral, dos aposentados rurais que nunca tiveram renda estável, e, com a aposentadoria passam a ter um valor mensal.

Recomendação 2:

É fundamental que o Ministério da Fazenda, agora, responsável pela Política da Previdência Social, desenvolva estratégias para que a população brasileira comece desde cedo a se planejar para essa etapa da vida. Com as discussões crescentes e mudanças eminentes que acontecerão nos regimes da previdência social, é fundamental criar a consciência sobre a necessidade de cada um se organizar e criar reservas para quando não puder mais trabalhar.

Apontamentos em relação ao Crédito Consignado:

Quando se cria uma política, por mais que se projete suas possíveis conseqüências, principalmente em realidades complexas, as intenções e os resultados gerados nem sempre se mantêm alinhados.

Por mais que o crédito consignado tenha sido uma modalidade que surgiu para oferecer ao aposentado a possibilidade de pegar um empréstimo a uma taxa menor, uma série de fatores como a facilidade de direcionar/influenciar a tomada de decisão da pessoa idosa, o baixo risco de conceder esse tipo de crédito por parte das instituições financeiras, a indústria de fraude que se criou ao entorno desse tipo de dívida, as estratégias hábeis dos pastinhos, entre outros, acabou criando uma estrutura de incentivos bastante perversa.

Obviamente, a falta de planejamento e, muitas vezes, as decisões por impulso levam o indivíduo a se endividar – de uma maneira ou de outra. No entanto, dado a desigualdade de forças entre a pessoa idosa, em geral, com baixa escolaridade e baixo letramento financeiro, e, toda a estrutura que favorece a venda do crédito consignado, é fundamental que existam mecanismos isentos que apoiem a pessoa idosa em sua tomada de decisão.

Recomendação 3:

A margem consignável não tem sido suficiente para limitar o nível de endividamento dos aposentados – especialmente, daqueles em situação de maior vulnerabilidade. Inclusive, pois a margem consignável só avalia o total de endividamento dessa modalidade em relação à renda do aposentado. Não se olha para o endividamento da pessoa como um todo.

Para que a situação de endividamento excessivo nesse público não se agrave ainda mais, é fundamental que Ministério da Fazenda, Banco Central, e, outros órgãos relacionados, pensem em formas de garantir um apoio à pessoa idosa nesse tipo de decisão, ou, mecanismos que enfatizem os aspectos que a pessoa deve considerar antes de pegar um empréstimo.

No escopo desse projeto, foram testados vídeos e formas de se inserir os desafios relacionados a se endividar em forma de personagens e situações concretas. No entanto, durante o processo de desenvolvimento também surgiram outras ideias, como: exigência de “*one-page*” em letras grandes com os pontos-chave de um contrato de crédito consignado; um agente independente nos bancos que ajude o aposentado a avaliar sua situação financeira e orientar os cuidados que deve ter; entre outras.

Apontamentos em relação à estrutura/funcionamento da Assistência Social:

Foi interessante notar o grau de independência dos centros de referência em assistência social, dos centros ou núcleos de convivência em relação às secretarias municipais no que diz respeito a sua gestão e às atividades que oferecem. Essa independência acabou tornando muito mais árduo o trabalho nos municípios, pois, a inserção do programa de educação financeira nas atividades dos centros não dependia apenas da articulação e negociação com a secretaria municipal de assistência social, mas, precisou acontecer com cada centro individualmente. Nessa etapa de disseminação, os relatos do Ministério do Desenvolvimento Social também mostram essa dificuldade.

Essa independência é interessante, pois ela possibilita que cada centro adeque suas atividades ao público que atende. Por outro lado, nota-se que ela abre espaço para usos inapropriados da relação de confiança que se estabelece entre agente e pessoa idosa, por exemplo. Presenciamos mais de um caso em que alguém do CRAS ou do Centro de Convivência vendia o crédito consignado ou influenciava o idoso em relação a algum tipo de endividamento.

Um outro elemento que se percebeu foi a forte presença de visões ideológicas nas equipes da assistência social, as quais acabavam influenciando os aposentados ou reforçando alguns estigmas ou preconceitos. Essas visões ideológicas muitas vezes

dificultaram que se trouxesse a discussão sobre o dinheiro e seu uso em algumas localidades, embora fossem fundamentais para ajudar os idosos em seus desafios.

Ademais, os olhares ideológicos geram um risco para a disseminação isenta e técnica das metodologias desenvolvidas.

Recomendação 4:

O Estado brasileiro perde muito ao não utilizar de forma mais estruturada e estratégica os espaços da assistência social para ofertar metodologias e espaço de discussão sobre temas-chave para o desenvolvimento dos brasileiros.

As equipes da assistência social acabam oferecendo uma gama de atividades e temas escolhidos pela disponibilidade de saberes locais, e, muitas vezes acabam repetindo jogos e deixando de aproveitar para oferecer uma assistência efetiva no tempo em que passam com a pessoa em situação de vulnerabilidade.

Desenvolver no âmbito dos Governo Federal/Estadual um portfólio de metodologias que abordam temáticas chave para o Brasil e seus cidadãos para serem ofertadas nos espaços da assistência poderia ser um caminho para uma assistência mais efetiva e estruturada.

Apontamentos relação ao “modus operandi” da administração pública:

Falamos bastante dos órgãos da assistência social, no entanto, menos de 5% dos aposentados de baixa renda ou das mulheres do Programa Bolsa Família frequentam esses espaços de forma sistemática.

Quando se trata da população adulta, o Governo brasileiro não consegue se comunicar de forma direta.

Além da dificuldade de estabelecer o canal direto entre administração pública e cidadão, quando o faz, a comunicação não está na linguagem apropriada para o público, e, não é clara no que se espera da pessoa.

Por exemplo, a Caixa Econômica Federal em conjunto com MDS gastou milhões no desenvolvimento de um aplicativo para as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Esta aplicação em geral não é compatível com os celulares das mulheres, bem como, as páginas são permeadas de texto, sendo que justamente essas pessoas têm baixa escolaridade e altas taxas de analfabetismo ou analfabetismo funcional.

Recomendação 5:

O Estado brasileiro precisa urgentemente pensar e avaliar canais diretos de contato com o cidadão, de modo que não precise sempre depender das instâncias intermediárias para falar com o cidadão.

E, ao falar com o cidadão, compreender quem é aquele cidadão e qual é a linguagem, a mensagem e a chamada adequada.